

FMI analisa hoje acordo com Brasil

Primeira parcela dos recursos, de US\$ 5,3 bilhões, será liberada ainda este mês

Mônica Izaguirre e Azelma Rodrigues*
de Brasília

O conselho do Fundo Monetário Internacional (FMI) analisa hoje o acordo negociado entre o governo brasileiro e a direção do organismo em torno de um pacote de apoio financeiro ao país. A aprovação do acordo pelos 24 diretores executivos que representam os países membros do Fundo é o que falta para o Brasil começar a receber os recursos previstos. Confirmada a aprovação, a liberação da primeira tranche do FMI, no montante de US\$ 5,3 bilhões, será "uma questão de dias e certamente sairá ainda este mês", disse ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

O acordo envolve não apenas recursos do FMI, que vai emprestar US\$ 18 bilhões ao País. São ao todo US\$ 41,5 bilhões entre recursos do Fundo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 4,5 bilhões; do Banco Mundial (Bird), outros US\$ 4,5 bilhões; e ainda dinheiro dos governos de países ricos,

em torno de US\$ 14 bilhões.

Junto com a primeira parcela do FMI, deverá ser liberada também a primeira tranche do empréstimo dos países ricos, operacionalizado por intermédio do Bank International of Settlemente (BIS), um banco internacional de compensações com sede na Suíça, formado pelos bancos cen-

trais de diversos países, entre eles Brasil. São aproximadamente US\$ 4,25 bilhões. Já os recursos do BID e BIRD se referem a financiamento de diversos programas e, portanto, serão liberados de acordo com o cronograma de execução de cada projeto.

Amaury Bier informou que a segunda parcela do FMI deverá ser liberada em 15 de fevereiro e terá valor próximo ao da primeira. Mas, se o Brasil quiser e o conselho do fundo permitir, poderá haver antecipação, acrescentou o secretário. Depois da primeira, as liberações se-

guientes vão depender do cumprimento de "critérios de desempenho" previstos no acordo.

A continuidade da ajuda financeira do FMI e outros organismos depende fundamentalmente do ajustamento da contas do setor público brasileiro, previsto no Programa de Estabilização Fiscal proposto ao

fundo. Por isso, o mais importante dos critérios de desempenho é o teto para o déficit público nominal, conceito que engloba inclusive gastos com juros

sobre a dívida.

Amaury Bier confirmou que o primeiro critério de desempenho fiscal a ser observado é o déficit nominal do setor público no ano de 1998, que deverá ser conhecido em meados de fevereiro. Ele não revelou, porém, qual o teto nesse caso. Há, no acordo, um valor máximo fixado para o déficit deste ano.

Para o ano de 1999, o limite es-

tabelecido é um déficit de R\$ 42,560 bilhões, o que equivale a aproximadamente 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB), disse o secretário. Esse teto está dividido em valores máximos para o primeiro e o segundo trimestres do ano e ainda para o segundo semestre, disse Bier. Por isso, as duas primeiras avaliações de 1999 serão trimestrais.

O valor referente ao segundo semestre ainda não se trata de critério de desempenho e sim de meta indicativa e, portanto, passível de revisão em junho de 1999, quando o acordo será rediscutido. Em junho, a meta do período julho/dezembro se transformará em critério de desempenho e terá que ser cumprida para efeitos de continuidade da liberação de outras parcelas.

Pouca coisa foi antecipada até agora pelo Ministério da Fazenda sobre os números envolvidos nos anexos ao Memorando de Política Econômica encaminhado ao FMI e cujo conteúdo não foi divulgado junto com o referido memorando. Além do fiscal, há critérios de desempenho também para outras variáveis, entre elas o fluxo de endividamento externo do setor público e a relação entre a base monetária (papel moeda emitido mais reservas bancárias no BC) e as reservas cambiais, confirmou Bier, sem fornecer os números.

(*) Do InvestNews

REGISTRO

Déficit em novembro pode chegar a US\$ 509 milhões

A balança comercial brasileira fechou o mês de novembro com um déficit de US\$ 509 milhões, segundo uma fonte ligada ao governo. Os números somente devem ser divulgados oficialmente pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) hoje. O MICT não vem divulgando os números do comércio exterior das últimas duas semanas. O motivo alegado é que estaria havendo erros nos cálculos das exportações, em função da mudança no sistema de registro. A mesma fonte informou que esse déficit poderá subir ainda para US\$ 1 bilhão, depois que for feita a revisão das exportações.